

DE PRINCESINHA DO NOROESTE PAULISTA AO MAR DE CANA – UMA ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE PENÁPOLIS, SP

*From princess of São Paulo's northwest to a sea of sugarcane – an analysis of the geographical space of
Penápolis, SP*

Nilson Cesar Fraga¹

Lucas Fernando Bertacco da Silva²

Tainara Sussai Gallinari³

Naibi Souza Jayme⁴

Resumo

O presente trabalho procede a uma análise do espaço geográfico do município de Penápolis, localizado no Noroeste do estado de São Paulo, traçando breve diagnóstico sobre a ocupação, a urbanização, a população e o domínio da monocultura da cana-de-açúcar como principal fonte de geração de renda municipal e os problemas socioambientais que representa sobre o território.

Palavra-chave: Penápolis; Espaço; Cana-de-açúcar; Meio Ambiente.

Abstract

The presente work proceeds with an analysis of the geographical space of the county of Penápolis, located in the Northwest of the state of São Paulo, tracing a brief diagnosis about its occupation, urbanization, population and the dominance of the sugarcane as the main source of income generation to the county and the socioenvironmental problems that represents over the territory

Keywords: Penápolis; Space; Sugarcane; Environment

¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ2/CNPq. Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito - GEOTMAC – UEL. Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado - OCGC - UEL/UFPR. Docente da Universidade Estadual de Londrina - UEL - CCE/DGEO/PROPGEIO.

Integrante do Grupo de Pesquisa: Geografia Política, Território, Poder e Conflito – UEL. Grupo de Pesquisa A(s) Geografia(s) Territoriais Paranaenses: Territórios, Redes, Políticas Públicas e Conflitos na Formação do Paraná (CNPq). E-mail: nilsoncesarfraga@pq.cnpq.br

² Bolsista IC/CNPq. Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito - GEOTMAC – UEL. Integrante do Grupo de Pesquisa A(s) Geografia(s) Territoriais Paranaenses: Territórios, Redes, Políticas Públicas e Conflitos na Formação do Paraná (CNPq). E-mail: lucas_bertacco@hotmail.com

³ Bolsista PIBID/CAPEs. Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito - GEOTMAC – UEL. Integrante do Grupo de Pesquisa A(s) Geografia(s) Territoriais Paranaenses: Territórios, Redes, Políticas Públicas e Conflitos na Formação do Paraná (CNPq). E-mail: ta.gallinari@hotmail.com

⁴ Laboratório de Geoquímica – DGEO/UEL. Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito - GEOTMAC – UEL. Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado - OCGC - UEL/UFPR. Universidade Estadual de Londrina - UEL - CCE/DGEO/PROPGEIO. Integrante do Grupo de Pesquisa: Geografia Política, Território, Poder e Conflito – UEL e Grupo de Pesquisa A(s) Geografia(s) Territoriais Paranaenses: Territórios, Redes, Políticas Públicas e Conflitos na Formação do Paraná (CNPq). E-mail: naibisj@gmail.com

*A foice que decepa a cana
Deixa em mim as cicatrizes.
O meu patrão deitado em berço esplêndido
Quando pisa o chão com botina,
Pisa onde deitei raízes,
Onde forrei minha esteira,
Pra descansar meu corpo moído
Da minha dura rotina.
Que tal qual a cana ficou um bagaço.*

(Cana de Açúcar, Emanuel Galvão - Livro Flor Atrevida - Quadriooffice/2007)

O presente trabalho busca fazer uma breve análise do espaço geográfico de Penápolis, cidade localizada no Noroeste do estado de São Paulo, que tem, hoje, sua economia baseada na *plantation* da cana-de-açúcar e na agroindústria derivada dessa planta ligada ao biodiesel, fortemente incentivado nos últimos anos, por meio de políticas públicas, sobremaneira federais, mas isso não significa que já não houvesse tal *plantation* desde o século XX. Para se iniciar as análises geográficas de Penápolis, se faz necessário verificar o processo de formação socioespacial municipal, ou seja, a trajetória de ocupação efetiva e oficial da terras do município, que tem seu início no começo do século XX.

Segundo a Emurpe (Empresa Municipal de Urbanização de Penápolis), “a ocupação do "sertão desconhecido", que figurava nos mapas brasileiros e que correspondia à atual Região Noroeste, se deu no período de 1.842 a 1.870, com a colonização das margens direita e esquerda do Salto do Avanhandava e a formação do primeiro núcleo residencial da região” (EMURPE, 2014).

O povoado de Nosso Senhor dos Passos iniciou-se em 1.842, com a doação de 100 alqueires da fazenda José Pinto Caldeira, localizando-se metade de cada lado do ribeirão Lajeado. A partir de 1880, com o aumento do volume do comércio de café às exigências do mercado externo e também interno e a conseqüente descoberta das potencialidades das terras do oeste paulista, outras frentes pioneiras invadem o território e a ocupação sistemática finalmente se instaura como empreendimento econômico motivado pelo café e outros implementos capitalistas, provocando radical transformação sócio-econômica na região que, a partir dessa época, passa a experimentar notável desenvolvimento e progresso (EMURPE, 2014).

Penápolis é um município brasileiro localizado na região noroeste do estado de São Paulo, com latitude 21°25'11" S e longitude 50°04'39" W, com área total de 710,8 Km² e altitude de 416 m. O município encontra-se na margem esquerda do rio Tietê (Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê), conta com as rodovias SP 300 – Marechal Rondon e SP 450 – Assis Chateaubriand, além da ferrovia Novoeste S.A. municípios de Alto Alegre e Braúna, ao norte Zacarias, a leste Glicério e ao oeste Avanhandava e Barbosa. (PENÁPOLIS, 2014).

Dessa maneira, o povoamento está vinculado à implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, assegurando a posse colonizadora dessas terras, que até a época eram ocupadas pelos Kaingang. (PENÁPOLIS, 2014).

No entanto, o povoamento foi intensificado com a notícia da futura instalação da estrada de ferro Noroeste do Brasil e a ação conjunta de um advogado da cidade de São José do Rio Preto, que em 1907 preparou um loteamento de cerca de 100 alqueires que foi doado à Ordem dos Capuchinhos de São Paulo, para a formação de um patrimônio. No dia 25 de outubro do ano seguinte foi celebrada a primeira missa e instalado o Patrimônio de Santa Cruz de Avandava. (IBGE, 2014).

Após a chegada da ferrovia no local, em março de 1908, novos moradores foram atraídos pelas oportunidades. Em dezembro de 1909, o até então patrimônio de Santa Cruz do Avandava, foi elevado a distrito de paz de Pennapolis, em homenagem ao ex-Presidente da República, Afonso Augusto Moreira Penna. (IBGE, 2014).

Posteriormente, conforme IBGE (2014), o distrito de paz de Pennapolis foi:

Elevado à categoria de município com a denominação de Penápolis, por Lei Estadual nº 1397, de 22 de dezembro de 1913, desmembrado de Bauru, com Sede no antigo Distrito de Penápolis. Constituído do Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 11 de maio de 1914.

Deste modo, o município de Penápolis passou por um processo de ocupação rápido, advindo da referida ferrovia e, em menos de uma década, consegue emancipar-se de Bauru. Fatos que demonstram um avanço rápido de pessoas sobre aquele que viria a ser o território de Penápolis.

No que concerne a população atual de Penápolis, a tabela a seguir expressa os dados populacionais de Penápolis nos de 2011, 2012 e 2013. Nota-se um consequente aumento populacional nos três anos analisados, isso na tabela 1.

Tabela 1 - População de Penápolis nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Ano	Penápolis Estimativa da População
2011	58.808
2012	59.096
2013	61.371

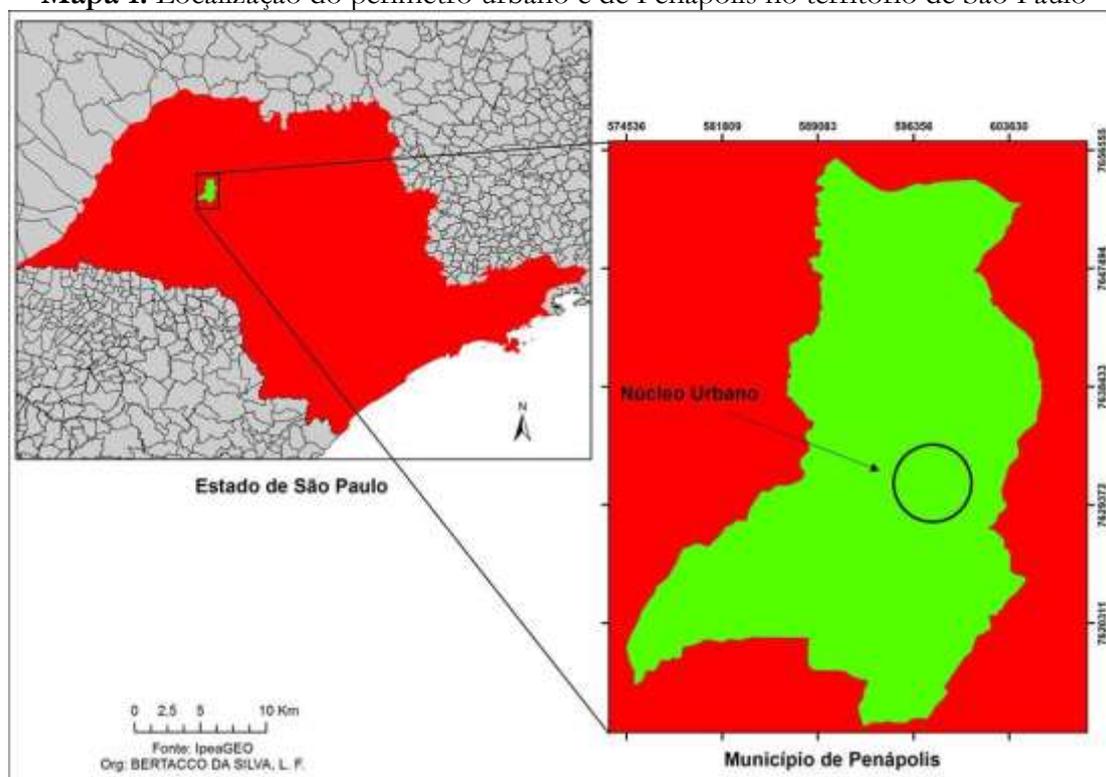
Fonte: IBGE, 2014.

Org.: Lucas Fernando Bertacco da Silva, 2014.

A população do município de Penápolis, segundo dados obtidos no IBGE, nos anos de 2011, 2012 e 2013 seguiu em crescimento, embora tenha sido relativamente pequeno.

Nota-se que houve no total um aumento de 2.563 habitantes, no entanto, esta variação ocorreu de maneira desproporcionada, pois no primeiro período analisado a população cresceu apenas 0,004% (288 habitantes), sendo um número pouco expressivo. A figura 1 permite visualizar parte central da urbe de Penápolis e ao mesmo tempo, identificá-la como cidade pequena, isso numa classificação geral dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, porém, há que se considerar que essa cidade se configura, no contexto regional, como cidade pólo, para os outros municípios menores e que demandam das infraestruturas ali contidas, mas claramente no comércio e serviços. A localização do perímetro urbano está marcado no mapa 1.

Mapa 1: Localização do perímetro urbano e de Penápolis no território de São Paulo



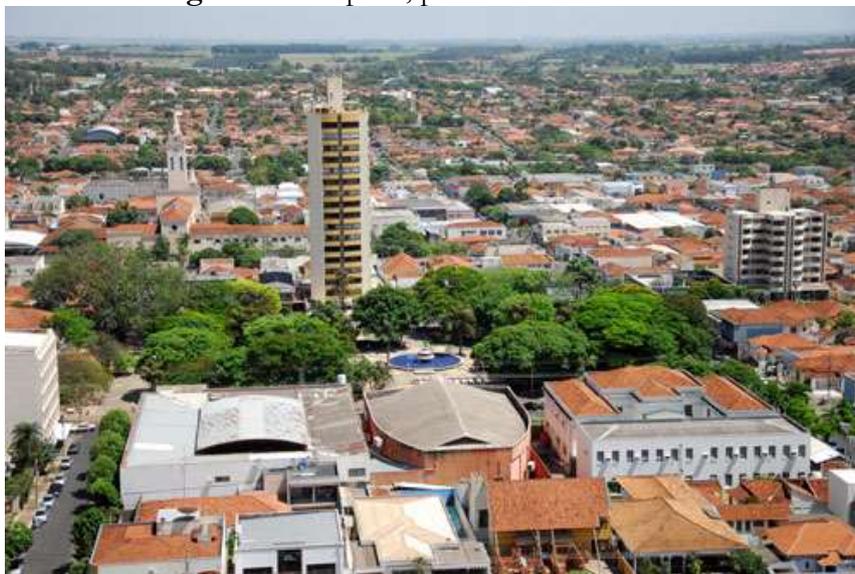
Fonte: IpeaGEO, 2014.

Org.: Lucas Fernando Bertacco da Silva, 2014.

A EMURPE (2014) é responsável pelo Plano Diretor e pela Lei Orgânica Municipal, ou seja, cabe a ela, fazer cumprir tais legislações. Interessante mencionar que no capítulo II, que trata do Desenvolvimento Urbano, há toda uma preocupação para com o meio ambiente urbano e rural, além da necessidade de zelar pelo patrimônio cultural de Penápolis, além de estabelecer as normas urbanísticas que levariam a qualidade de vida da população, porém, cabe ressaltar, que tal capítulo da legislação, se torna um tanto quanto impossível de ser cumprido, tendo em vista que o município tem suas terras cobertas pelo

plantation de cana-de-açúcar, fazendo, praticamente, da mancha urbana, uma ilha em meio ao mar de cana (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS, 1990).

Figura 1: Penápolis, perímetro urbano atual.



Fonte: FOLHA DA REGIÃO, 18/07/2014

Para se entender essa urbanização e o papel, mesmo que frágil da importância de Penápolis no contexto regional há que se retornar ao início do século XX, pois fundada em 1907, a cidade é fruto do avanço da cafeicultura sobre o território paulista, pouco mais de 30 anos depois, o perímetro urbano de Penápolis ainda era pequeno, mas seguindo a lógica das cidades fundadas no interior, sua mancha urbana se caracterizava por um modelo de “tabuleiro de xadrez”, traços esses, ainda perceptíveis no miolo da mancha urbana atual, como se pode verificar na figura 2.

Figura 2 - Penápolis em 1939.



Fonte: FOLHA DA REGIÃO, 18/07/2014

Mesmo distante da capital, a figura 3 permite ver um parque público na incipiente urbanização da cidade, isso em meados dos anos 30 do século XX e a paisagem desse parque, remete ao tipo de aparelhos urbanos encontrado na cidade de São Paulo, mas na figura mencionada, se deve considerar a escala urbana de Penápolis para a capital do estado. Como foi mencionado anteriormente, a Lei Orgânica Municipal, de 1990, estabelece a necessidade de preservação do patrimônio cultural, seja o material e, hoje, o imaterial, municipal, porém, a figura 3 é uma mera desconhecida na cidade, pois não sobraram vestígios dessa praça com características modernas dos anos de 1940.

Figura 3 - Imagem de um parque público de Penápolis.



Fonte: EDPLIS, 2014.

Importante mencionar, ainda, o Plano Diretor Municipal, instituído pela Lei nº 1443, de 24 de janeiro de 2007, quando numa das suas partes, menciona o questão da preservação e do patrimônio, seja o material histórico ou o ambiental.

TÍTULO IV - Dos Instrumentos da Política Urbana

CAPÍTULO I - Do Tombamento

Art. 55. Fica instituído o tombamento como instrumento para preservar o meio ambiente e o patrimônio histórico, cultural e arqueológico do Município.

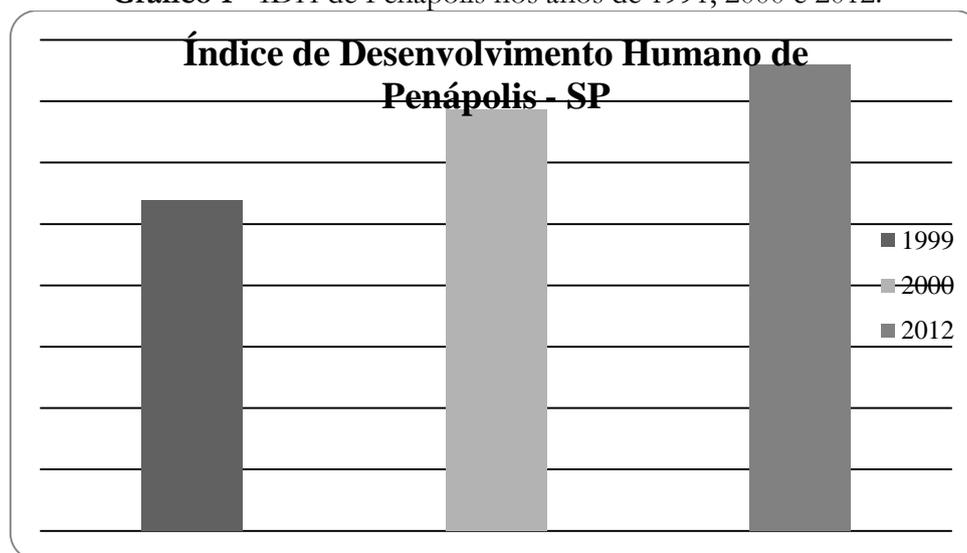
Art. 56. O tombamento será objeto de atribuição do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Penápolis, ouvido o Conselho do Meio Ambiente, o Conselho de Política Urbana e o Conselho de Turismo, referendado pela Câmara de Vereadores.

Mas, quando se olha para a figura 3 e no mar de cana que cerca a cidade, ou seja, o perímetro urbano cercado por cana, se é levado a uma série pergunta: para que servem os planos diretores? Seriam leis para *ingleses verem*? Estudando o caso de Penápolis, se chega a uma conclusão triste, a de que há muita legislação na e para as cidades brasileiras, mas fazer com que as mesmas virem realidade, ou sejam aplicadas sobre o mundo real e vivido pelos cidadão, há um abismo enorme, pois as cidades seguem a lógica do capital, seja imobiliário ou de outros interesses quaisquer, menos na aplicação da legislação para que se possa garantir um futuro com qualidade de vida para os que habitam a cidade – mas a lógica não difere para os que vivem no campo.

Mas, retomando para uma análise geoeconômica e social de Penápolis, desta maneira, há que se considerar o crescimento populacional que se concentrou no período de

2012 a 2013 (pois não se buscou uma leitura populacional de décadas anteriores para a análises aqui propostas) sendo caracterizado por cerca de 0,04% (2275 habitantes). Outra variável importante de ser analisada é o Índice de Desenvolvimento Humano IDH, de modo a usar dados da expectativa de vida, educação e PIB per capita para a elaboração. Sendo assim, o gráfico 1 representa os índices do município de Penápolis entre 1991 e 2012.

Gráfico 1 - IDH de Penápolis nos anos de 1991, 2000 e 2012.



Fonte: IBGE, 2014.

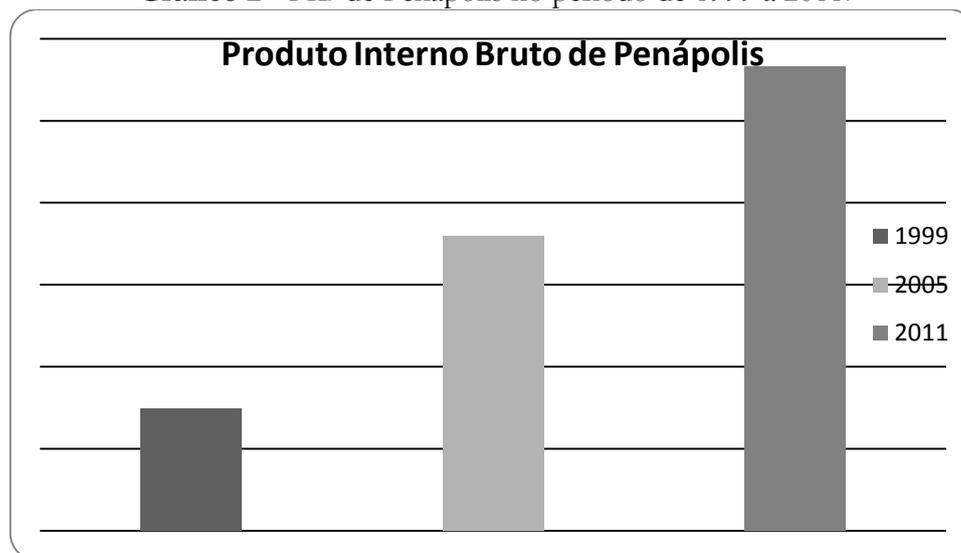
Org.: Lucas Fernando Bertacco da Silva, (2014).

O IDH de Penápolis nos anos estudados teve como característica o crescimento contínuo, estando desde 1991 como nível médio de desenvolvimento humano. Porém, neste intervalo de 20 anos, houve um aumento significativo no IDH do município, passando de 0,686 em 1991 para 0,759 em 2012.

Desta maneira, mesmo que o índice esteja estagnado quanto ao seu nível, é visível que com esta evolução ocorreram melhoras no município, principalmente nos setores em que são analisados para esta formulação, como a educação e a expectativa de vida, tendo como principal beneficiária a população residente, pois tais elementos são amplamente significativos para que haja boas condições de vida no local.

Em seguida, no gráfico 2, está expresso o valor do Produto Interno Bruto do município estudado nos anos de 1991, 2005 e 2011. Assim como todas as outras variáveis já analisadas, o PIB obteve crescente aumento no período de 20 anos.

Gráfico 2 - PIB de Penápolis no período de 1999 a 2011.



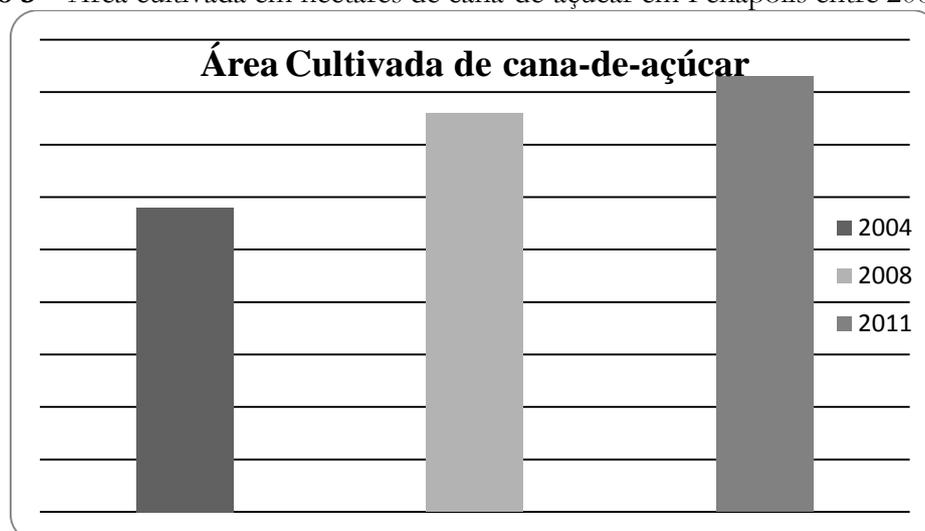
Fonte: IBGE, 2014.

Org.: Lucas Fernando Bertacco da Silva, (2014)

Observa-se que entre 1991 e 2005, o valor do produto interno bruto mais que triplicou, o que demonstra um grande crescimento econômico do município, tendo uma participação significativa da agricultura local. Já no ano de 2011, a arrecadação passou de um milhão de reais, caracterizando-se como um grande valor para um município de pequeno a médio porte. Este crescimento nos últimos anos teve como principal influência a produção de cana-de-açúcar que tem se intensificado ano a ano na região de Penápolis.

A cana-de-açúcar é a *locomotiva* da agricultura penapolense, deste modo, ela vem crescendo ano a ano. No gráfico 3, nota-se o grande aumento das áreas plantadas com esta cultura, gerando assim uma região de monocultura.

Gráfico 3 – Área cultivada em hectares de cana-de-açúcar em Penápolis entre 2004 e 2011

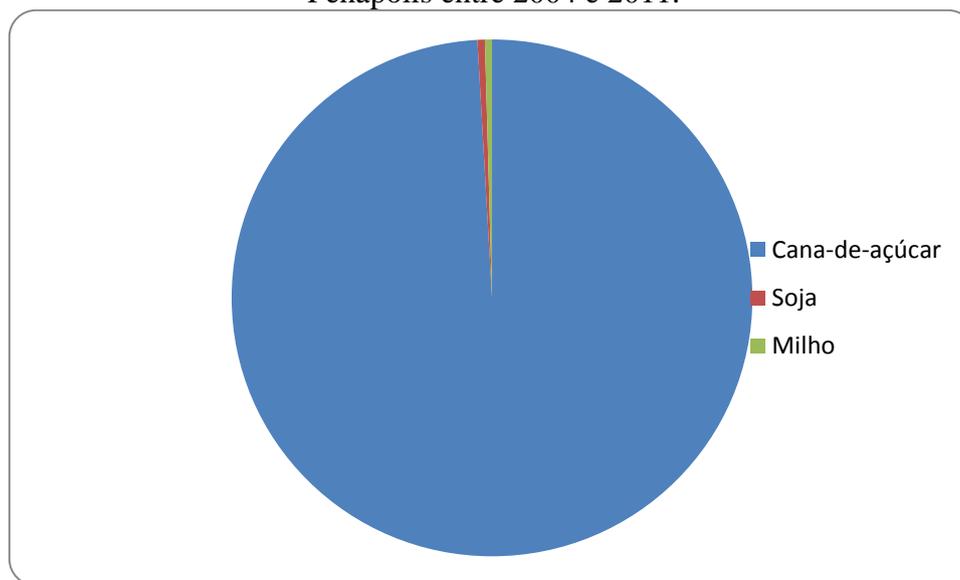


Fonte: IBGE, 2014.

Org.: Tainara Sussai Gallinari, (2014).

O papel do cultivo da cana-de-açúcar no município fica mais claro quando observado no gráfico 4 o predomínio dessa monocultura. Se uma monocultura é prejudicial a qualidade de vida dos cidadãos, imagina-se o peso que esse representa sobre a população penapolense, pois não se duvida que interfere sobre o ciclo das águas, a degradação do solo e do ar, esse último, devido ao funcionamento da Usina Clealco.

Gráfico 4 – Representação da área cultivada em hectares de cana-de-açúcar em Penápolis entre 2004 e 2011.



Fonte: IBGE, 2014.

Org.: Tainara Sussai Gallinari, (2014).

A Usina Clealco (antiga Campestre) processou aproximadamente dois milhões de toneladas de cana-de-açúcar no município de Penápolis na temporada 2013/2014. A Usina conta com cerca de 300 fornecedores de cana, sendo em maior parcela pequenos proprietários rurais (REVISTA ECO ENERGIA, 2014).

Como podemos analisar no gráfico 4, e mencionado anteriormente, a cana é a locomotiva da agricultura penapolense, isso desencadeia uma série de problemas no cenário agrário. Um desses problemas surge através do Protocolo Agroambiental, assinado entre o setor bioenergético e o governo do estado de São Paulo, afirma que os fornecedores de cana têm até 2017 para se adequarem a colheita e o plantio mecanizado, então os pequenos proprietários, que são a maior parcela no fornecimento da matéria prima para a agroindústria canavieira, estão enfrentando o dilema da mecanização imediata (REVISTA ECO ENERGIA, 2014). Mas, ainda, há muitos que usam da queima da cana, a forma mais rápida e barata para se proceder a colheita da mesma, como se pode observar na figura 4.

Figura 4: Cana-de-Açúcar queimada, em Penápolis, SP



Fonte: REVISTA ECOENERGIA, 2014.

Os problemas atinentes ao papel da cana-de-açúcar sobre o município podem ser percebidos pelos comentários contidos na Revista de Ecoenergia (2014), quando diz que “a unidade instalada em Penápolis iniciou essa nova temporada na última terça-feira (16), com expectativas otimistas. A safra, no entanto, começa atrasada, devido ao cumprimento de liminares da Justiça Federal que proíbem o pedido de autorizações para a queima controlada da palha da cana-de-açúcar.”

Segundo o diretor superintendente da unidade, José Carlos de Alcântara, a Campestre conta com cerca de 300 fornecedores de cana, em sua maioria pequenos proprietários rurais, que enfrentam o desafio da mecanização imediata. De acordo com o Protocolo Agroambiental, assinado entre o setor bioenergético e o governo do estado de São Paulo, os fornecedores de cana têm até 2017 para se adequarem a colheita e o plantio mecanizado. Porém, liminares têm acelerado esse processo. "Essa medida que atingiu especificamente a nossa área geográfica de atuação foi muito impactante. É claro que as medidas judiciais devem ser respeitadas, e assim vamos fazer, mas não dá para deixar de dizer que essas medidas estão divorciadas dos interesses socioeconômicos da região", comenta Alcântara (REVISTA ECOENERGIA, 2014).

Outros problemas são desencadeados pelo cultivo da cana-de-açúcar, tais como: condições de vida do trabalhador (boia fria), territorialização do capital no campo e de impacto ambiental, que no contexto do último Zoratto (2006), afirma:

(...) a erosão e compactação do solo, os efeitos dos agrotóxicos sobre o solo, rios e lençóis freáticos, os efeitos nocivos que pode causar à atmosfera e incômodos à população durante sua colheita por queimada, além de danos causados à fertilidade do solo. Além dos fatores citados

acima, existe o problema com biomassa residual do cultivo de cana-de-açúcar e também o empobrecimento da fauna e flora em geral, devido aos impactos sobre os seres vivos que estão envolvidos com a expansão da monocultura da cana.

Por fim, há que se mencionar que os problemas encontrados em Penápolis não se limitam a monocultura da cana-de-açúcar, mas vários outros problemas socioambientais, que se espalham pelo perímetro urbano e rural e pela região geográfica, como bem apontam Cazula e Silva (2012):

o desenvolvimento econômico de Penápolis é similar à maioria dos municípios da região noroeste do Estado que, historicamente, cuja ocupação deu-se com a cultura cafeeira no início do Séc. XX. A decadência do café, já experimentada pelas demais regiões do Estado, abriu espaço para a pecuária, que hoje responde, juntamente com a cana-de-açúcar e outras culturas como milho e arroz, por boa parte da economia do município. A concentração da economia no setor sucro-alcooleiro provoca o desemprego sazonal na entre-safra e a atual crise do setor tem potencializado o problema, exigindo políticas sociais rápidas para minimizá-lo. A par de condições geográficas favoráveis e ótima infraestrutura, a região e, particularmente, o município, ainda não encontraram um eixo de desenvolvimento mais agressivo capaz de reverter o quadro de necessidades crescentes por parte da população, especialmente a de baixa renda.

O artigo de Cazula e Silva (2012) demonstra a questão da segregação socioespacial a partir de um bairro de Penápolis, mas se consideramos o papel monocultor da cana no município, há que se considerar outras segregações no município, passíveis de novos trabalhos futuros, pois há legislação municipal para que se possa caminhar num caminho mais seguro futuro e implementando políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida dos penapolenses.

Desta forma, não se abre mão em dizer que Penápolis faz parte do conjunto de municípios da região Noroeste de São Paulo e que paga o preço pelos rearranjos socioeconômicos ocorridos depois da decadência da cultura do café no estado. As condições geográficas gerais são boas, mas entre as condições geográficas e o mundo real vivido pelos penapolenses, há um abismo de coisas para serem feitas, tanto na cidade como campo.

REFERÊNCIAS

CAZULA, Leandro Pansonato e SILVA, Edima Aranha. **Segregação sócio-espacial em Penápolis/SP – Brasil**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/41.pdf>>. Acessado em 14 de julho de 2014.

EDPLIS. Disponível em: <<http://edplis-tentativas.blogspot.com.br/2012/10/foto-de-cerca-de-1920.html>>. Acessado em 18 de julho de 2014.

EMURPE - Empresa Municipal de Urbanização de Penápolis. Disponível em: <<http://www.penapolis.sp.gov.br/secretarias.php?codigo=15>>. Acessado em 16 de julho de 2014.

IBGE CIDADES. **Penápolis: Histórico do município.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=353730&search=sao-paulo|penapolis|infograficos:-historico>>. Acessado em 16 de julho de 2014.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS, 05 de abril de 1990. Disponível em: <<http://www.penapolis.sp.gov.br/servicos.php?codigo=7>>. Acessado em, 16 de julho de 2014.

PLANO DIRETOR DE PENÁPOLIS, SP. LEI Nº 1443, DE 24 DE JANEIRO DE 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Diego/Downloads/planodiretor.pdf>. Acessado em, 15 de julho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS. **Nossa cidade:** História. Disponível em: <<http://www.penapolis.sp.gov.br/cidade.php?codigo=1>>. Acessado em 17 de julho de 2014.

REVISTA ECOENERGIA. Disponível em: <<http://www.revistaecoenergia.com.br/noticia.php?id=328>>. Acessado em 16 de julho de 2014.

ZORATTO, A. C. Estudo dos Impactos Ambientais da Indústria Canavieira. In: FÓRUM DE MEIO AMBIENTE DA ALTA PAULISTA, 2, 2006, Tupã - SP. **Anais...** Tupã: 2006